



Nações Unidas
CABO VERDE
Juntos na acção

Plano Anual de Trabalho “One UN” 2013



Plano Anual de Trabalho «One UN» 2013

PILAR		Orçamento 2013 (USD)	%
PILAR I	Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza	2.276.000	18,29 %
PILAR II	Consolidação das instituições, democracia e cidadania	4.437.687	35,67 %
PILAR III	Redução das disparidades e iniquidades	1.388.973	11,16 %
PILAR IV	Sustentabilidade ambiental e adaptação as mudanças climáticas	4.339.083	34,87 %

Agência	Orçamento (USD)
FAO	1,566,450
OIM	219,000
OIT	408,480
OMS	921,105
ONU HABITAT	195,000
ONU MULHERES	437,000
ONU DC	550,000
ONUDI	1,174,847
PAM	450,000
PNUD	4,089,227
UNEP	90,000
UNESCO	15,000
UNFPA	1,174,983
UNICEF	1,080,000
UNV	70,606
Total 2013	12.441.698



Pais	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2013	
PILAR I	Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza	
Agência Líder	FAO	
Agência co-Líder	ONUDI	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	FAO	1.050.000
	IOM	9.000
	OIT	20.000
	OMS	5.000
	ONUDI	455.000
	PAM	235.000
	PNUD	280.000
	ONU MULHERES	57.000
	UNESCO	15.000
	UNFPA	50.000
	UNICEF	100.000
	TOTAL	2.276.000
Parceiros nacionais	MTIE, MRE, CI, CPE, ARFA, MDR, FICASE, M. Culture, ADEI, ACS, MJEDRH, IC, MAHOT, MS, CM Praia, MIEM, INDP, ICIEG	

Pelo Governo de Cabo Verde:

Director Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação

30 Abril 2013

Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:

Coordenadora Residente

Nações Unidas

CABO VERDE
Juntos na acção

30/04/2013

Data

Plano de Trabalho 2013 'One UN'					
PILAR 1 : Crescimento Inclusivo e Redução da Pobreza					
Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
Efeito 1.1: As políticas e programas nacionais de desenvolvimento e redução da pobreza apoiam a competitividade e um crescimento económico durável em favor das populações vulneráveis.					
<p>1.1.1. A integração de Cabo Verde no sistema do comércio internacional é reforçada, com base no cumprimento dos acordos internacionais, e nas políticas e estratégias de competitividade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reforço das capacidades dos Ministérios / instituições implicadas para o cumprimento com os compromissos da OMC, acordos internacionais sobre questões relacionadas com comércio, promoção dos investimentos, exportação e competitividade. Actualização do sistema de qualidade nacional: em consonância com os esforços a nível da CEDEAO e em estreita cooperação com o Instituto de Qualidade Nacional, assistência técnica e apoio para desenvolver as regras de qualidade nacional e reforçar do quadro regulamentar, para facilitar uma maior integração da economia no sistema de comércio multilateral bem como para aumentar a protecção do consumidor no país. Assistência técnica para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação que contribuem para a criação de emprego e de um crescimento pró-pobre. Assistência técnica ao desenvolvimento do turismo durável, ecoturismo e o turismo natureza, conforme à estratégia de parceria público-privada para um turismo durável em Cabo Verde (2010-2015), incluindo gestão da marca de produtos made in CV. 	<p>PNUD</p>	<ul style="list-style-type: none"> Plano estratégico integrado sobre economias criativas concluído e validado; Recursos mobilizados para o desenvolvimento e implementação de um programa de apoio a integração de Cabo Verde no sistema de comércio Internacional. 	<p>MTIE</p>	<p>20,000 \$</p>
<p>1.1.2 Políticas e estratégias baseadas em evidências são formuladas e seguidas, incluindo o reforço do quadro regulamentar e administrativo relevante, para melhorar o desempenho agrícola e industrial, promover o empreendedorismo e investimento em prol de um crescimento pró-pobre.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar o ambiente de negócios para o desenvolvimento do empreendedorismo: reforçar a capacidade das instituições nacionais e locais na economia para implementar e monitorizar as medidas de reforma do ambiente de negócios, em particular para realizar funções regulamentares e administrativas, prestar serviços de qualidade para o sector privado de forma eficaz, eficiente e transparente e para melhor facilitar uma ampla visão das actividades empresariais em linha com o plano de acção para a reforma do ambiente de negócios. Promoção dos investimentos: capacitação da Agência de Promoção dos Investimentos para apoiar o investidor na tomada de decisão, contribuir para a formulação de políticas e unificar as partes interessadas na promoção do investimento em volta de uma visão comum com base na evidência empírica. Competitividade industrial: apoiar para melhorar os formuladores de políticas e instituições relevantes na capacidade de acesso e utilização dos dados e informação, na formulação de políticas de planeamento e desenvolvimento industrial baseadas em evidências, promovendo o estabelecimento de um diálogo entre o sector público-privado, através do comité e outras actividades comuns. Agro-pecuário e Pesca: Apoio à realização de estudos e elaboração de planos e programas visando o aumento da produtividade e competitividade no sector agro-pecuário e das pescas, tal como o estabelecimento de parcerias público-privadas para promover o investimento e aplicação das normas Cultura e Industrias Criativas: Apoio técnico para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação de produtos musicais e artísticos 	<p>ONUDI</p>	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Acção da Política Nacional de Qualidade validado e em implementação 	<p>MTIE</p>	<p>5,000 \$</p>
		<p>ONUDI</p>	<ul style="list-style-type: none"> Sete Ministérios implementam, pelo menos, uma medida de Reforma do Ambiente de Negócios e o Sistema de Monitorização e Avaliação é definido e implementado na Unidade de Coordenação da Reforma do Estado (UCRE) Centro de Estutura Comum de Avaliação (CAF - Common Assessment Framework) estabelecido e em funcionamento, integrado na rede do Instituto Europeu de Administração Pública (EIPA) e com implementação piloto em duas instituições da Administração Pública 	<p>MRE (Min. Reforma do Estado)</p>	<p>40,000 \$</p>
		<p>ONUDI</p>	<ul style="list-style-type: none"> Stakeholders nacionais capacitados para a utilização da Plataforma de Monitorização dos Investimentos (PMI) Relatório sobre o investimento em Cabo Verde elaborado e apresentado em Workshop Nacional Preparativos para o próximo inquérito dos Investidores em Cabo Verde realizados Relatório sobre o investimento em Cabo Verde elaborado e apresentado em Workshop Nacional 	<p>CI (Cabo Verde Investimentos)</p>	<p>25,000 \$</p>
		<p>ONUDI</p>	<ul style="list-style-type: none"> Implementação de uma Unidade de Análise Estratégica Industrial e Comercial (Competitividade) 	<p>MTIE</p>	<p>15,000 \$</p>

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
1.1.2 Políticas e estratégias baseadas em evidências são formuladas e seguidas, incluindo o reforço do quadro regulamentar e administrativo relevante, para melhorar o desempenho agrícola e industrial, promover o empreendedorismo e investimento em prol de um crescimento pró-pobre.	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar o ambiente de negócios para o desenvolvimento do empreendedorismo: reforçar a capacidade das instituições nacionais e locais na economia para implementar e monitorizar as medidas de reforma do ambiente de negócios, em particular para realizar funções regulamentares e administrativas, prestar serviços de qualidade para o sector privado de forma eficaz, eficiente e transparente e para melhor facilitar uma ampla visão das actividades empresariais em linha com o plano de acção para a reforma do ambiente de negócios. • Promoção dos investimentos: capacitação da Agência de Promoção dos Investimentos para apoiar o investidor na tomada de decisão, contribuir para a formulação de políticas e unificar as partes interessadas na promoção do investimento em volta de uma visão comum com base na evidência empírica. • Competitividade Industrial: apoiar para melhorar os formuladores de políticas e instituições relevantes na capacidade de acesso e utilização dos dados e informação, na formulação de políticas de planeamento e desenvolvimento industrial baseadas em evidências, promovendo o estabelecimento de um diálogo entre o sector público e privado, através do comité e outras actividades comuns. • Agro-pecuário e Pescas: Apoio à realização de estudos e elaboração de planos e programas visando o aumento da produtividade e competitividade no sector agro-pecuário e das pescas, tal como o estabelecimento de parcerias público-privadas para promover o investimento e aplicação das normas • Cultura e Indústrias Criativas: Apoio técnico para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação de produtos musicais e artísticos 	FAO	<ul style="list-style-type: none"> - Proposta/estudo para a implementação de um programa de inseminação artificial desenhado/formulado (Facility Fund) - Revisão da Estratégia Nacional da Segurança Alimentar preparada (Facility fund) 	MDR	100,000 \$
		FAO	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Acção para o Desenvolvimento da Aquacultura em Cabo Verde elaborado, validado e publicado (Fundo TCP/CVI/3302) - Estudo sobre o Desenvolvimento da Maricultura em Cabo Verde elaborado e publicado (Fundo TCP/CVI/3302) 	INDP	40,000 \$
1.1.3 Políticas e programas de crescimento sustentável e de redução da pobreza e vulnerabilidades, com atenção específica às mulheres e crianças são elaborados, implementados e monitorizados, com base em evidências.	<ul style="list-style-type: none"> • Competitividade Industrial: apoiar para melhorar os formuladores de políticas e instituições relevantes na capacidade de acesso e utilização dos dados e informação, na formulação de políticas de planeamento e desenvolvimento industrial baseadas em evidências, promovendo o estabelecimento de um diálogo entre o sector público e privado, através do comité e outras actividades comuns. • Agro-pecuário e Pescas: Apoio à realização de estudos e elaboração de planos e programas visando o aumento da produtividade e competitividade no sector agro-pecuário e das pescas, tal como o estabelecimento de parcerias público-privadas para promover o investimento e aplicação das normas • Cultura e Indústrias Criativas: Apoio técnico para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação de produtos musicais e artísticos 	UN WOMEN	<ul style="list-style-type: none"> - Troca de experiência promovida sobre a integração do género nas empresas do sector empresarial do Estado 	ICIEG	5,000 \$
		UNESCO	<ul style="list-style-type: none"> - Análise da Cadeia de Valor do Sector da Exportação da Música elaborado - Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Organizacional do Atlantic Music Expo realizado e recomendações definidas 	M. Cultura	15,000 \$
1.1.3 Políticas e programas de crescimento sustentável e de redução da pobreza e vulnerabilidades, com atenção específica às mulheres e crianças são elaborados, implementados e monitorizados, com base em evidências.	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura e Indústrias Criativas: Apoio técnico para a definição e seguimento de estratégias comerciais e de exportação de produtos musicais e artísticos 	PAM	<ul style="list-style-type: none"> - Troca e partilha experiência na gestão de cantinas ao nível Nacional e internacional estabelecida - Directrizes informadas nos modelos de alimentação escolar/abordagens de cada ilha e modalidades de aquisição/conhecimento de compras de comida local para servir as refeições implementadas 	FICASE	235,000 \$
		PNUD	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo sobre Vulnerabilidades Sócio-económicas finalizado - O programa de transferência de renda e definido e validado para implementação 	ME/DRH	160,000 \$
1.1.3 Políticas e programas de crescimento sustentável e de redução da pobreza e vulnerabilidades, com atenção específica às mulheres e crianças são elaborados, implementados e monitorizados, com base em evidências.	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento institucional, organizacional e de recursos humanos para estudos prospectivos de longo prazo sobre sectores chave (emprego, dinâmicas da população, financiamento do sector social, incluindo a saúde e protecção social, espaço e sistema fiscal, acesso a serviços básicos) • Assistência técnica e institucional para a análise do impacto económico e social das políticas públicas sobre os mais vulneráveis e identificação de estratégias e programas alternativos de redução da pobreza e vulnerabilidade 	UNICEF			100,000 \$
		PNUD	<ul style="list-style-type: none"> - As análises das projecções demográficas e do impacto sobre sectores chave da intervenção pública realizadas em apoio a definição da política de população - O Forum sobre o crescimento inclusivo e realizado e as suas conclusões integradas nas políticas públicas 	CPE (Centro de Políticas Estratégicas)	
		UNFPA			50,000 \$

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
Efeito 1.2: O setor privado, especialmente as MPMEs (micro, pequenas e médias empresas) em áreas urbanas e rurais, tem um melhor acesso aos mercados, aos serviços de assistência técnica e financeira e aumenta a sua competitividade e contribuição ao crescimento e emprego decente.					
<p>1.2.1 As MPME's beneficiam de serviços de apoio melhorados, com enfoque nas mulheres e jovens, para uma contribuição reforçada ao crescimento, ao investimento social e ambientalmente responsável, e a geração de empregos decentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento/empreendimento - Reforçar a capacidade dos fornecedores de apoio ao desenvolvimento de negócios (BDS - Business Development Support) para garantir uma melhor qualidade e mais serviços de consultoria em melhoria da produtividade, modernização das empresas, eficiência colectiva e redes, desenvolvimento empresarial para as indústrias criativas de forma eficaz e sustentável), apoiar um número crescente de empresários e empresas, incluindo serviços especiais para as mulheres e a diáspora. • Assistência técnica para a identificação de soluções financeiras diversificadas, incluindo micro-finanças, fundo de capital de risco e a disponibilidade de dados para medir a inclusão financeira 	<p>ONUDI</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Fundo de Capital de Risco estabelecido e em funcionamento, com a mobilização de fundos realizada - Centro de Parcerias e Subcontração (SPX) estabelecido e em funcionamento, com actividade regular de benchmarking e de match-making - Ligação à rede de Escritórios da UNIDO para a Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologias (ITPO) - Sistema de Acreditação de Consultores e de Monitorização e Avaliação implementado - 15 formadores/consultores capacitados para formar consultores nos Programas "Training of Small Business Advisers for Productivity Improvement" (INDEX) e "Training of Trainers on Facilitating Self-help Entrepreneurial Groups" (SIG) e 100 manuais disponibilizados - Rede de apoio ao desenvolvimento de negócios estabelecida 	<p>ADEI</p>	<p>50,000 \$</p>
		<p>OIM</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Disseminar o Guia de Apoio ao regresso definitivo de emigrantes e sua reintegração - Aumentar a capacidade institucional dos parceiros para captar investimento da Diáspora para a promoção do desenvolvimento económico de Cabo Verde: visita de estudo de duas instituições ao projecto PLASEPRI em Senegal (microfinance projects financed by the emigrant communities) 	<p>MDC (Comunidades)</p>	<p>9,000 \$</p>
		<p>OIT</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a qualidade dos serviços descentralizados de apoio ao emprego e inserção profissional através do reforço das capacidades de 10 gestores dos Centros de Emprego e Formação Profissional em ferramentas de promoção da empregabilidade e integração dos jovens no mercado de trabalho. - Apoiar a capacitação institucional para as unidades de negócios privados, que têm o potencial de criação de emprego 	<p>MEIDRH</p>	<p>10,000 \$</p>

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)	
1.2.2 As empresas do sector privado, nomeadamente as MPIMES, melhoram o cumprimento com normas internacionais para uma maior competitividade e acesso ao mercado.	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualidade da infra-estrutura - Fornecer assistência técnica, formação e apoio para o desenvolvimento nacional de infra-estruturas de qualidade e para os empresários, em particular as PMEs, a fim de desenvolver um organismo nacional de normalização e de apoio aos laboratórios na área de testes de peixe, em particular (São Vicente), bem como testes de alimentos em geral (Santiago) e para aumentar a sua compreensão às exigências do mercado internacional e padrões de qualidade ou regulamentos técnicos em geral. Segurança alimentar em Cabo Verde: melhorar a saúde pública e segurança alimentar através de uma abordagem abrangente sobre as condições políticas e implementar níveis para o cumprimento dos compromissos assumidos por Cabo Verde no Acordo da OMC sobre medidas sanitárias e fitossanitárias. 	ONUDI	- Programa da Qualidade para a África Ocidental revisto, validado e em implementação.	MTIE	10,000 \$	
		FAO	- O documento do Programa Conjunto (FAO, ONUDI, OMS) "Appui à mise en œuvre du système national de sécurité sanitaire des aliments " revisto, validado e submetido a financiamento (Facility fund).	MDR, MS, ARFA, Camaras Municipais	5,000 \$	
1.2.3 As cadeias de valor de Agronegócios e as melhores práticas de produção, marketing e comercialização na agricultura, pecuária e pescas, são introduzidas e aplicadas para aumentar a produtividade e qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a produção hidropónica de alimentos. Melhorar as raças animais através da introdução e difusão de técnicas de inseminação artificial Melhorar e aplicar o controle integrado das principais pragas Planear e pilotar a aquacultura e melhorar o apoio a pesca artesanal Promoção dos alimentos são nos mercados municipais 	ONUDI	- As leis fitossanitárias e zootaxinárias - revistas no quadro do projecto TCP/CV/3203, de acordo com os princípios SPS OMC - publicadas no Boletim Oficial, e a regulamentação dessas leis preparada e publicada.		MDR	5,000 \$
		OMS	- Doenças com origem nos alimentos integradas no sistema de vigilância das doenças com potencial epidémico. Inspeção sanitária dos alimentos reforçada	315,000 \$		
1.2.3 As cadeias de valor de Agronegócios e as melhores práticas de produção, marketing e comercialização na agricultura, pecuária e pescas, são introduzidas e aplicadas para aumentar a produtividade e qualidade.	<ul style="list-style-type: none"> Instituições relevantes e empresas prioritárias do sector privado melhoram a implementação de valores integrados sensíveis ao género e desenvolvem as cadeias de fornecimento na área do agronegócio 	FAO	- 16 unidades hidropónicas piloto em diferentes ilhas do país instaladas e operadores do sector publico e do sector privado formados.	INDP	355,000 \$	
		FAO				5,000 \$
		ONUDI	- O documento do Programa Conjunto (FAO, ONUDI, UN-Mulheres) "Value Chain Development" revisto, validado e submetido a financiamento (Facility Fund).		MDR, ADEI, MTIE	5,000 \$
	(Joint Programme – FAO, ONUDI e ONU MULHERES)	UN WOMEN			2,000 \$	

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
Efeito 1.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, no meio rural e urbano têm um melhor acesso ao emprego decente e aos programas de promoção da produção e da produtividade durável.					
<p>1.3.1. O Governo e os atores Nacionais dispõem de estratégias e de instrumentos operacionais para a inserção dos jovens e das mulheres em empregos assalariados e autónomos em meio urbano e rural, incluindo a realização de programas de investimento descentralizados geradores de empregos decentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao desenvolvimento de políticas e programas em empreendedorismo e gestão para os jovens, as mulheres e os grupos de mulheres empreendedoras • Reforço das capacidades dos produtores agrícolas locais no quadro do Programa Nacional de Alimentação Escolar • Apoio ao desenvolvimento de técnicas de produção modernas e disponibilização de factores de produção/material directo a projectos comunitários na área da agricultura, pecuária, pescas e transformação agro-alimentar e artesanato • Apoio ao Governo na formulação e validação de uma estratégia para a integração dos jovens com base em uma via de integração concertada, envolvendo vários parceiros públicos e privados • Apoio aos atores governamentais e locais na aquisição de ferramentas e capacidades para a realização de programas de investimento para a geração descentralizada de empregos decentes, especialmente em áreas rurais. 	OIT	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de gestão de contratos-programa fortalecida tendo em conta o trabalho com a introdução de ferramentas de gestão; - Centros de formação do pessoal de emprego, jovens e centros culturais capacitados sobre programas e ferramentas existentes para facilitar a integração dos jovens no mercado de trabalho. 	MEIDRH	5,000 \$
		UN WOMEN	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo de viabilidade feito para a produção de babosa em Cabo Verde realizado - Grupos de mulheres formadas em técnicas de produção de babosa e habilidades empresariais - Equipamento de produção adquirido - Iniciativas piloto de produção colectiva documentada 	ICEG	25,000 \$
<p>1.3.2. Um currículo de empreendedorismo é introduzido a todos os níveis da educação e do sistema de formação profissional, com uma ênfase especial nas mulheres e nos jovens, para uma sociedade empreendedora</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino secundário e técnico, nível da Universidade (pré-serviço de formação de professores) - Apoio para a introdução do currículo de empreendedorismo no ensino secundário geral e técnico, incluindo a pré-formação contínua dos professores com vista a equipar o sistema de ensino, para preparar a juventude para uma sociedade mais empreendedora. • Formação profissional: apoiar os parceiros nacionais na formação de formadores, adaptação dos manuais de formação e apoio a institucionalização da cultura empresarial da FP 	UN WOMEN	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de género dos dados do diagnóstico das 6 zonas de implantação de barragens realizada - Pool de técnicos de instituições ligadas ao desenvolvimento rural e luta contra a pobreza formados em auditoria de género e orçamentação sensível ao género 	MDR	20,000 \$
		FAO	<ul style="list-style-type: none"> - Três a cinco pequenos projectos desenhados e implementados para promover o crescimento sustentável das comunidades locais, em particular de jovens, e mulheres solteiras e chefes de família, através da criação de emprego directo e indirecto, tendo em consideração a preservação dos recursos naturais (Telefood Facility). 	MDR	30,000 \$
<p>1.3.2. Um currículo de empreendedorismo é introduzido a todos os níveis da educação e do sistema de formação profissional, com uma ênfase especial nas mulheres e nos jovens, para uma sociedade empreendedora</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino secundário e técnico, nível da Universidade (pré-serviço de formação de professores) - Apoio para a introdução do currículo de empreendedorismo no ensino secundário geral e técnico, incluindo a pré-formação contínua dos professores com vista a equipar o sistema de ensino, para preparar a juventude para uma sociedade mais empreendedora. • Formação profissional: apoiar os parceiros nacionais na formação de formadores, adaptação dos manuais de formação e apoio a institucionalização da cultura empresarial da FP 	FAO	<ul style="list-style-type: none"> - 10 sessões de formação de produtores /fornecedores ligados ao Programa Nacional de Abastecimento Escolar sobre as boas práticas na cadeia alimentar realizadas. - Projectos piloto "Compras Locais" implementados em cinco ilhas. 	FICASE	200,000 \$
		ONU DI	<ul style="list-style-type: none"> - Currículo de Empreendedorismo desenvolvido para o Ensino Secundário Geral e Técnico 	MED	300,000 \$
<p>1.3.2. Um currículo de empreendedorismo é introduzido a todos os níveis da educação e do sistema de formação profissional, com uma ênfase especial nas mulheres e nos jovens, para uma sociedade empreendedora</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino secundário e técnico, nível da Universidade (pré-serviço de formação de professores) - Apoio para a introdução do currículo de empreendedorismo no ensino secundário geral e técnico, incluindo a pré-formação contínua dos professores com vista a equipar o sistema de ensino, para preparar a juventude para uma sociedade mais empreendedora. • Formação profissional: apoiar os parceiros nacionais na formação de formadores, adaptação dos manuais de formação e apoio a institucionalização da cultura empresarial da FP 	UN WOMEN	<ul style="list-style-type: none"> - Professores e professoras da EHTCV formados em género com vista ao desenvolvimento de uma cultura institucional promotora da igualdade de género 	EHTCV	5,000 \$
		OIT	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidades dos Formadores na área de "Know about Business" reforçadas 	MEIDRH	5,000 \$
TOTAL PILAR 1					2,276,000 \$



Pais	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2013	
PILAR II	Consolidação das instituições, democracia e cidadania	
Agência Líder	PNUD	
Agência co-Líder	ONU DC	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	FAO	406,450
	OIM	210,000
	OIT	138,800
	OMS	666,418
	ONU HABITAT	80,000
	ONU MULHERES	380,000
	ONU DC	350,000
	PAM	215,000
	PNUD	391,036
	UNFPA	819,983
	UNICEF	780,000
TOTAL	4.437.687	
Parceiros nacionais	ICIEG, INE, ANMCV, NOSI, MS, INPS, CNPS, MDR, MED, FICASE, CN-UNESCO, MAHOT, MFP, AN, ICCA, MJ, MJEDRH, ONGs, MAI, MIREX, UCI, PGR, CNDHC, CCCD, PJ, PN, UIF, CSMJ, ONGs, OCBs, CSMJ, Plateforme ONGs, CNE	

Pelo Governo de Cabo Verde:

Director Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação

30 Abril 2013

Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:

Coordenadora Residente

30/04/2013

Data

Plano de trabalho anual 2013 'One UN'							
PILAR 2 : Consolidação das instituições, democracia e cidadania.							
Efeito 2.1: As administrações nacionais e as instituições de controlo são mais eficazes e eficientes no planeamento, implementação, seguimento e avaliação de um desenvolvimento equitativo.							
Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)		
<p>2.1.1 O sistema estatístico tem as capacidades institucionais e humanas para a produção e disseminação de dados estatísticos sociais e económicos desagregados para efeitos de planificação e de alimentação do sistema nacional de seguimento e avaliação.</p>	<p>1) Apoio a definição, produção, e utilização de indicadores de base relativos para monitorização e avaliação da igualdade de género ;</p> <p>2) Apoio no reforço dos sistemas estatísticos sectoriais;</p> <p>3) Programa de reforço das capacidades dos agentes de estatísticas para a análise e tomada de decisão (programa de alfabetização estatística);</p> <p>4) Reforço das capacidades técnicas humanas e institucionais do INE e dos sectores (ODINE)</p> <p>5) Apoio ao reforço e a integração dos sistemas de produção e análise da estatística administrativa e sectorial ;</p>	ONU MULHERES	<ul style="list-style-type: none"> Capacidade do ICIEG e INE para a análise de dados sobre uso do tempo e sua aplicação a políticas públicas melhorada (três de experiência Sul-Sul efectuada) Dados do Inquérito sobre Uso do Tempo analisados Metodologia para o cálculo da contribuição do trabalho não remunerado para o PIB definida Observatório da Igualdade de Género on-line lançado Perfil de género elaborado 	ICIEG, INE	40,000 \$		
		UNFPA	<ul style="list-style-type: none"> Plano Operacional de formação do sistema nacional de estatísticas implementado; Capacidade técnica a nível dos ODINES reforçada em matéria de produção e difusão de dados estatísticos sectoriais; Recolha de dados das operações estatísticas - Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva III e Inquérito às Despesas e Receitas Familiares III; Trabalhos de cartografia concluídos; Módulos (Emprego, Condições de vida, Migrações e Governança, no quadro do inquérito multi-objectivo realizados; 	INE	524,983 \$		
		UNICEF	<ul style="list-style-type: none"> Dados administrativos recolhidos sobre o emprego; Utilizadores e técnicos das DGOPO's formados em CENSUSINFO; Publicações estatísticas sobre o emprego editadas; Módulo de CrimeInfo introduzido. 		100,000 \$		
				UNDP	<ul style="list-style-type: none"> Vigilância epidemiológica das paralisias flácidas agudas no quadro do plano de acção de erradicação da poliomielite é garantida de forma contínua 		50,000 \$
					<ul style="list-style-type: none"> Capacidades nacionais avaliadas e plano de acção do Regulamento Sanitário Internacional elaborado e em implementação. 		27,668 \$
		OMS	<p>Sistema integrado de informação sanitária e de gestão (SISG) e observatório nacional da saúde (ONS) desenvolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> Sistema de alerta, detecção precoce e resposta eficaz definido e funcional Sistema de informação do Programa Alargado de Vacinação definido e funcional; Sistema de informação VIH/SIDA, paludismo e tuberculose definido e funcional; Bases de dados das doenças de potencial epidémico criadas a nível central e das Delegacias de Saúde; Dados sobre as causas de doença com a 10a. Classificação Internacional das Doenças publicados; Sistema de informação sobre as doenças nutricionais e de origem nos alimentos definido e funcional; SISG funcional a nível de todas as Delegacias de Saúde; Perfis sanitários das Delegacias de Saúde publicados na plataforma do Observatório Nacional da Saúde. 	MS	39,080 \$		

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)	
<p>2.1.1 O sistema estatístico tem as capacidades institucionais e humanas para a produção e disseminação de dados estatísticos sociais e económicos desagregados para efeitos de planificação e de alimentação do sistema nacional de seguimento e avaliação.</p>	<p>1) Apoio a definição, produção, e utilização de indicadores de base relativos para monitorização e avaliação da igualdade de género ;</p> <p>2) Apoio no reforço dos sistemas estatísticos sectoriais;</p> <p>3) Programa de reforço das capacidades dos técnicos de estatísticas para a análise e tomada de decisão (programa de alfabetização estatística);</p> <p>4) Reforço das capacidades técnicas humanas e institucionais do INE e dos sectores (ODINE)</p> <p>5) Apoio ao reforço e a integração dos sistemas de produção e análise da estatística administrativa e sectorial ;</p>	OIT	<ul style="list-style-type: none"> • Uma nota conceptual sobre o reforço do projecto de Sistema de Informação sobre o Mercado de Trabalho (SIMT) em Cabo Verde é elaborada; • Perfil do trabalho decente traduzido para Português e publicado; Uma missão para a mobilização dos recursos realizada (esta não é necessariamente uma meta - está incompleta - falta identificar se há uma estratégia a ser definida, uma política, um produto, etc.) • Sistema de seguimento do abastecimento das cantinas escolares em produtos provenientes da produção local nas zonas piloto definido é incorporado no sistema de acompanhamento do PNAE (Programa Nacional Alimentação Escolar). 	MIEDRH	10,000 \$	
		FAO	<ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos 10 quadros do MDR e do INE formados e dispõem de capacidades necessárias de conceber e implementar metodologias melhoradas para a recolha, tratamento e divulgação de dados sobre a produção agrícola; • Plano operacional preparado e validado para a realização do Censo Agropecuario em 2014. 	FICASE/MDR	10,000 \$	
		FAO		<ul style="list-style-type: none"> • O Governo será beneficiado com o desenvolvimento de capacidades em matéria de desenvolvimento urbano participativo e melhoria dos bairros espontâneos destinado a 10 instituições no quadro do Programa Global da ONUHABITAT PSUP (Participatory Slum Upgrading Programme); • Tres municipalidades piloto beneficiárias dos projectos de investimento de reabilitação urbana , do PSUP serão identificadas e comités de projectos criados 	INE/DGPOG-MDR	200,000 \$
		ONU HABITAT		<ul style="list-style-type: none"> • O Governo será beneficiado com o desenvolvimento de capacidades em matéria de desenvolvimento urbano participativo e melhoria dos bairros espontâneos destinado a 10 instituições no quadro do Programa Global da ONUHABITAT PSUP (Participatory Slum Upgrading Programme); • Tres municipalidades piloto beneficiárias dos projectos de investimento de reabilitação urbana , do PSUP serão identificadas e comités de projectos criados 	MAHOT	60,000 \$
		ONU MULHERES		<ul style="list-style-type: none"> • Atelier de formação sobre planificação e orçamentação sensível ao género com o sector saúde (atelier de formação em parceria com UNFPA) realizado; • Formação sobre uso do tempo e integração do género para sectores chave (emprego, formação profissional, família) realizada 	ICIEG, Ministério da Saúde, outros Ministérios chave, MFP	20,000 \$
<p>2.1.2 As administrações possuem capacidades institucionais e humanas que permitem uma planificação e afectação dos recursos, em linha com os standards de eficiência e eficácia Internacionais.</p>	<p>1. Introdução de metodologias e ferramentas, revisão do quadro legal, formação dos RH e elaboração de manuais de procedimentos para a integração do género nos processos nacionais de planeamento e orçamentação.</p> <p>2. Assistência técnica aos Ministérios nos sectores sociais (educação, saúde, emprego e juventude) no quadro da implementação do programa de reforma das finanças públicas.</p>	UNDP	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidades de mulheres parlamentares -aprendizagem entre pares (cooperação Sul-Sul) reforçadas; Planificação estratégica e operacional da RMP Toça de experiências entre parlamentares particularmente entre mulheres com outros países dos PALOP e Timor Leste realizados; • Formação às mulheres e jovens parlamentares em questões do género realizadas; • Disseminação da actividade parlamentar envolvendo os média realizada 	Assembleia Nacional	40,000 \$	
<p>2.1.3 O controle externo das despesas públicas pelo Tribunal de Contas e o Parlamento é reforçado em apoio ao programa de reforma das finanças públicas.</p>	<p>1. Assistência técnica e reforço institucional ao Tribunal das contas na implementação do quadro regulamentar reviso e do plano estratégico 2012-2016</p> <p>2. Assistência técnica e reforço institucional à administração parlamentar e aos eleitos</p>					

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)	
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p>1. Apoio a elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;</p> <p>2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;</p> <p>3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças;</p> <p>4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG;</p> <p>5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;</p> <p>6. Apoio a consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	ONU HABITAT	<ul style="list-style-type: none"> Um estudo sobre a situação dos slums (bairros de origem espontânea) em Cabo Verde será levado a cabo com a assistência técnica da ONU HABITAT no quadro do Programa Global PSUP 	MAHOT	20,000 \$	
		UNICEF	<ul style="list-style-type: none"> O Estatuto da Criança e do Adolescente é adoptado e socializado; A análise e cartografia do sistema de protecção da criança em Cabo Verde são finalizadas e resultados tidos em conta no desenvolvimento da política de protecção das crianças e dos adolescentes. Diagnóstico sobre o funcionamento dos centros de protecção das crianças e dos adolescentes Plano de Reforço de capacidades destes centros em curso de implementação; As capacidades de gestão, administração e acompanhamento de programa do ICCA são reforçadas; Programa conjunto sobre justiça para as crianças e justiça juvenil entre UNICEF/ONU DC é finalizado e em curso de implementação. 	ICCA/DGRNI/DGSS	360,000 \$	
		UNICEF	<ul style="list-style-type: none"> Sistema Informação Sanitária do MS desenvolvido, incluindo os módulos de gestão de recursos humanos, gestão financeira e gestão de equipamentos/medicamentos; Sistema CHANNEL p/planificação e gestão dos produtos SR e de medicamentos implementado a nível nacional 		80,000 \$	
		UNFPA	<ul style="list-style-type: none"> Processo de participação gradual do Governo na aquisição de contraceptivos em curso de implementação; DGPOG reforçada na sua capacidade técnica de coordenação e gestão do programa; Equipamentos hospitalares/dispositivos médicos do MS inventariado para melhor gestão dos equipamentos e materiais 	MS	60,000 \$	
		UNICEF	<ul style="list-style-type: none"> Dados do Censo Escolar 2012 disponíveis; Estudo sobre Competência das Crianças à Entrada do Ensino Básico finalizado e socializado em fórum nacional; Plano Estratégico da Educação 2003-2013 revisto e esboço do novo Plano Estratégico elaborado; Principais Indicadores da Educação 2000/2001 a 2011/2012 e Anuário de Principais Indicadores da Educação 2012/2013 disponíveis; Dados dos últimos 12 anos do setor da educação atualizados na Base de Dados do Sistema Educativo; Gestores de Fólos Educativos e Coordenadores de Estatística nos concelhos formados em estatísticas da educação; Plano de Comunicação sobre Água e Saneamento nas escolas do Ensino Básico finalizado e em curso de implementação; Segunda fase do plano de capacitação de Educação em situação de Emergência em curso de implementação; Professores formados em Abordagem por Competência - APC no quadro da Generalização das Reformas Curriculares no Ensino Básico e Secundário (Continuação); MED e parceiros envolvidos no processo de análise e definição de uma estratégia de reorganização do ensino pré-escolar e pequena infância (0 a 6 anos) Sistema de avaliação das aprendizagens no ensino básico e secundário revisto e novo sistema de avaliação por competências definido; Sistema de supervisão pedagógica criado assente em equipas descentralizadas a nível municipal 	MED	220,000 \$	
		UNFPA	<ul style="list-style-type: none"> Planos operacionais e planos de acção decorrentes do Plano Estratégico da Juventude finalizados e aprovados; Reflexão estratégica sobre a integração das questões da juventude no processo de desenvolvimento realizada e recomendações integradas nas medidas de política; Salas de oferta concertada de serviços de atendimento sexual e reprodutivo para os jovens e adolescentes criadas em todos os centros de juventude do país, cobrindo 21 municípios; Recenseamento das organizações juvenis finalizado e publicado; 		50,000 \$	
		UNFPA			DGPOG/ MIEDRH	175,000 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)		
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p> <p>1. Apoio a elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;</p> <p>2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;</p> <p>3. Reforço das capacidades para uma resposta multissectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças;</p> <p>4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG;</p> <p>5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;</p> <p>6. Apoio a consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	<p>1. Apoio a elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;</p> <p>2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;</p> <p>3. Reforço das capacidades para uma resposta multissectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças;</p> <p>4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG;</p> <p>5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;</p> <p>6. Apoio a consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	FAO	<ul style="list-style-type: none"> 3.500 guias sobre hortos escolares para fins pedagógicos editados e distribuídos a todas as escolas do ensino básico 150 coordenadores pedagógicos do ensino básico capacitados sobre a utilização dos hortos escolares enquanto ferramenta pedagógica Pelo menos 10 professores do ensino básico formados sobre hortos escolares para fins pedagógicos por cada coordenador pedagógico capacitado. (150) 	MED/FICASE	41,225		
		FAO	<ul style="list-style-type: none"> 50 hortos escolares modelo instalados nas escolas do ensino básico 	MED/FICASE	30,000		
		FAO	<ul style="list-style-type: none"> 3.500 cadernos sobre alimentação saudável para o professor editados e distribuídos a todas as escolas do ensino básico 5 sessões de formação de formadores sobre alimentação saudável direccionada à comunidade escolar realizadas nas ilhas piloto (Santiago e S. Vicente) 7 sessões de formação para profissionais de saúde e da educação sobre alimentação saudável realizadas em todas as ilhas. 	MS/MED/FICASE	41,225		
		FAO	<ul style="list-style-type: none"> 5 sessões de formação para profissionais de saúde e da educação sobre alimentação saudável realizadas em todas as ilhas. 	MS/MED/FICASE	42,000		
		OMS	<ul style="list-style-type: none"> Análise custo-eficiência de diferentes opções/modelos de programas de alimentação escolar conduzida, enquanto suporte à tomada de decisão 	MS/MED/FICASE	75,330		
		PAM	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de mobilização de recursos para a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durável desenvolvida e alocação de recursos definidas com adaptações às estruturas institucionais actuais. 	FICASE	70,000		
			<ul style="list-style-type: none"> Estratégia Nacional de Alimentação Escolar e seu Plano de Acção (PNAE) formalmente aprovados pelo Ministério da Educação, com o consentimento dos outros Ministérios relacionados. Legislação para alimentação escolar pronta para aprovação pelo órgão legislativo 	FICASE	40,000		
			<ul style="list-style-type: none"> Plano Nacional de combate à VBG formulado sob a coordenação do ICIEG; Estudo sobre os custos para o país da VBG elaborado; Advocacia pela aprovação da regulamentação da lei VBG conduzida 14 formações sobre a lei VBG conduzidas a nível municipal com atores locais (300 líderes comunitários e de ONGs, serviços descentralizados, etc.) (1 na Praia, 6 noutros concelhos de Santiago, Maio, Boavista, Sal, São Nicolau, Fogo, Brava, Mindelo) 150 professores EBI e 35 técnicos (6 formações em escolas do EBI no Fogo e Santiago, 1 formação na Praia com lideranças das estruturas descentralizadas do Min. Ed.) formados em educação para a igualdade de género (Trust Fund) Formação em advocacia no domínio da VBG para líderes da sociedade civil implementada (1 formação para 25 líderes de ONGs e associações a nível nacional) (Trust Fund) Modelo de funcionamento dos Centros de Apoio à VBG desenvolvido e pessoal afecto formado (Trust Fund) Estudo de viabilidade para as casas de abrigo disponível (Trust Fund) Agentes da PN formados e operadores da linha denúncia VBG capacitados (15) Relatório da experiência piloto (Praia e Santa Cruz) dos grupos de reabilitação de homens autores disponíveis Diagnóstico do sistema de informação da PN e Justiça para a produção de dados sobre a VBG, e recomendações para a sua melhoria, disponível 	FICASE	35,000		
				ONU MULHERES		ICIEG, ONGs de mulheres, autoridades locais, MJ, MAI	280,000 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p>1. Apoio a elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;</p> <p>2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;</p> <p>3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças;</p> <p>4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG;</p> <p>5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;</p> <p>6. Apoio a consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	OMS	<p>Prevenção e controlo das doenças crónicas e não transmissíveis, doenças mentais, violência e traumatismos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Protocolos terapêuticos elaborados e implementados; • Avaliação sobre a saúde mental (OMS-AIMS) realizada e relatório elaborado; • Sistema de vigilância epidemiológica, seguimento e avaliação do programa Doenças Crónicas e Não Transmissíveis definido e implementado. 	MS	40,160 \$
			<p>Promoção da saúde e redução dos factores de risco para a saúde, no quadro de uma parceria multisectorial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inquérito sobre os factores de risco no meio escolar realizado; • Quadro de parceria multisectorial de promoção da saúde definido e implementado; • Plano de acção da Convenção-quadro sobre o tabaco implementado; • Plano de Acção multisectorial de luta contra o alcoolismo definido e sua implementação apoiada; • Normas técnicas da OMS sobre a promoção dos estilos de vida saudáveis adaptadas e implementadas. <p>Capacidades do programa nacional de nutrição e normas de segurança dos alimentos reforçadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano estratégico de nutrição elaborado e em implementação; • Currículo escolar integram módulos sobre a educação alimentar e nutricional funcional e profissionais da saúde e da educação capacitados, no âmbito do Programa Conjunto da Nutrição e Segurança Alimentar nas Escolas; <p>Mecanismos de coordenação sectorial instituídos, no âmbito da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Pacto nacional de parceria para a saúde elaborado e sua implementação apoiada; ii) Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário publicado e divulgado; iii) Relatório de seguimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário elaborado e publicado. <p>Reforço das capacidades para a melhoria da qualidade, governação, e desempenho do Sistema Nacional de Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Pacotes essenciais de serviços e cuidados de saúde definidos e divulgados. 	MS	114,750 \$
<p>2.1.4 As administrações possuem capacidades técnicas que permitem a definição, implementação e seguimento das estratégias e programas sectoriais.</p>	<p>1. Apoio a elaboração de políticas, estratégias e programas sectoriais;</p> <p>2. Reforço dos sistemas de seguimento e avaliação dos programas sectoriais;</p> <p>3. Reforço das capacidades para uma resposta multisectorial, coordenada e integrada, às diferentes situações de violência, com particular atenção à violência juvenil, violência contra as crianças;</p> <p>4. Desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas para a implementação da lei VBG;</p> <p>5. Reforço institucional para implementação de políticas e capacitação dos recursos humanos;</p> <p>6. Apoio a consolidação dos mecanismos interinstitucionais para a gestão intersectorial do desenvolvimento.</p>	OMS	<p>Capacidades de produção e gestão dos recursos humanos reforçada com vista a melhoria da qualidade da prestação dos cuidados de saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) 2 Bolsas de estudos em curso para a formação especializada em cirurgia maxilo-facial no exterior; ii) Apoio à formação continua dos profissionais de saúde nas áreas prioritárias; iii) Normas e padrões para as necessidades de pessoal de saúde definidos, no âmbito da participação na realização de um estudo regional na matéria. <p>Normas e competências sobre a qualidade, segurança e eficácia dos medicamentos, produtos médicos e tecnologias essenciais reforçadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Regulamentação e normas da legislação farmacêutica elaboradas; ii) Lista Nacional de Medicamentos Essenciais publicada e divulgada; iii) Boas práticas de prescrição e dispensa de medicamentos adoptadas; iv) Lista nacional de tecnologias de saúde elaborada e utilizada. 	MS	143,700 \$
			<p>Coordenação reforçada para as iniciativas de gestão das migrações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Serviço de Apoio ao Imigrante Estruturado e reforçado e serviços de preparação pre-partida expandidos (incluindo do serviço pre-partida para EUA) • Estratégia Nacional de Migração e Desenvolvimento (M&D) elaborada e divulgada • Plataforma Nacional M&D criada e em funcionamento • Capacidades institucionais reforçadas em sectores-chave para a promoção do Desenvolvimento de Cabo Verde, através de Projecto de Retorno Temporário de Profissionais Qualificados 	MS	56,730 \$
		OIM			20,000 \$
				M&C, MIREX, UCI	70,000 \$
					120,000 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)								
<p>2.1.5 A Administração dispõe de capacidades para a coordenação, implementação, seguimento e avaliação das convenções e tratados internacionais ratificados; incluindo a submissão de relatórios periódicos de seguimento.</p> <p>1. Assistência técnica para a coerência dos instrumentos jurídicos nacionais a luz dos compromissos internacionais</p> <p>2. Informação e formação dos actores nacionais (corpo jurídico, parlamento, polícia e segurança, sociedade civil, médias, público) em relação aos conteúdos e implicações das convenções.</p> <p>3. Advocacia e assessoria para a implementação de mecanismos interinstitucionais de monitorização da implementação das convenções.</p>	<p>Missão de advocacia sobre "o direito à greve", com o objectivo de responder aos comentários dos órgãos de supervisão da OIT sobre implementação do direito à greve em Cabo Verde realizada, que inclui:</p> <p>i) Formação dos parceiros sociais nos princípios consagrados em matéria de liberdade de sindical e, especificamente, em matéria de serviços essenciais e principalmente sobre negociação colectiva para poderem negociar os termos do exercício do serviço mínimo durante greves nos serviços essenciais. Direccionada para os líderes sindicais, empregadores e funcionários do Estado que trabalham nos serviços essenciais. Não foi determinado um número de participantes.</p> <p>ii) As negociações sobre o serviço mínimo nos serviços essenciais iniciadas com o objectivo de alcançar acordos nacionais sobre as condições para o exercício do direito de greve nos serviços essenciais que regulem a questão do serviço mínimo e, portanto, a requisição civil.</p> <p>iii) Projeto de Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) elaborado para o sector bancário;</p> <p>iv) Negociações para a implementação deste projeto neste setor iniciadas e produzem resultados.</p>	<p>OT</p>	<p>• O mecanismo nacional para a resolução de litígios de trabalho e de negociação colectiva é reforçado de acordo com as normas internacionais do trabalho;</p> <p>• Capacidades dos mediadores sociais sobre os litígios laborais e negociação colectiva reforçadas. 20 mediadores sociais.</p> <p>• Negociação colectiva de trabalho nos sectores do turismo e bancário apoiada com vista à adopção de uma Convenção colectiva em ambos os sectores.</p> <p>• Perfil de Cabo Verde traçado em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho (SST);</p> <p>• Recomendações para a elaboração da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho em Cabo Verde formuladas (Ratificação da Convenção n.º 187);</p> <p>• Recomendações para a elaboração da Política Nacional de SST CV produzidas e sistematizadas (Ratificação de C.187);</p>	<p>MIEDRH</p>	<p>55,000 \$</p>								
						<p>UNDP</p>	<p>• Relatório sobre os direitos dos deficientes elaborado;</p> <p>• Relatório sobre direitos civis e políticos elaborado e validado num atelier nacional;</p> <p>• Relatório sobre os direitos das crianças validado em atelier e concluído;</p> <p>• Relatório sobre os direitos dos emigrantes concluído;</p> <p>• Relatório sobre a tortura e tratamentos degradantes concluído;</p> <p>• Plano de Acção nacional dos direitos humanos II concluído;</p> <p>• Materiais de educação cívica para promoção de direitos humanos produzidos e distribuídos;</p> <p>• Campanha de sensibilização para a acessibilidade para os deficientes motores realizada a nível nacional;</p> <p>• Programas de promoção de direitos humanos produzidos e emitidos pelas rádios e televisões;</p> <p>• Documento CIPD-Cabo Verde elaborado e validado num seminário e divulgado;</p> <p>• Fórum sobre paternidade realizado;</p> <p>• Cartilha de «Cidadão Piquinoti» elaborada e publicada</p>	<p>MIEDRH</p>	<p>15,000 \$</p>				
										<p>UNFPA</p>	<p>• Negociação colectiva de trabalho nos sectores do turismo e bancário apoiada com vista à adopção de uma Convenção colectiva em ambos os sectores.</p>	<p>MIEDRH</p>	<p>20,000 \$</p>
						<p>ONU MULHERES</p>	<p>• Processo de reportagem ao Comité da CEDAW apoiado e recomendações recebidas divulgadas</p>	<p>CNDHC</p>	<p>10,000 \$</p>				
										<p>10,000 \$</p>			
											<p>20,000 \$</p>		
												<p>10,000 \$</p>	

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
Efeito 2.2: As Instituições nacionais responsáveis pela segurança e os direitos dos cidadãos, particularmente aos grupos mais vulneráveis.					
2.2.1 O quadro legal e de políticas de combate às drogas e aos crimes é actualizado e respeita todos os compromissos internacionais.	1. Apoio na harmonização da legislação nacional com as Convenções Internacionais em matéria de drogas e crime 2. Assistência técnica na formulação e implementação do Programa Nacional Integrado sobre as drogas e crime.	ONUDC	<ul style="list-style-type: none"> Programa Nacional Integrado de luta contra a Droga e Crime (MI/ONUDC) em execução Projecto-Lei sobre o tráfico ilegal de migrantes apresentado ao parlamento para aprovação Plano Nacional Contra a Corrupção reviso Relatório de avaliação de CV na aplicação da CNUCC (Convenção das Nações Unidas de Combate à Corrupção) elaborado 	MI/CCCD MAI	50,000 \$
2.2.2 A capacidade operacional das agências de aplicação da lei é reforçada para uma efectiva prevenção e combate ao tráfico de drogas, ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, ao tráfico ilícito de migrantes, à lavagem de capitais e ao terrorismo.	1. Apoio na melhoria da qualidade analítica das investigações (incluindo questões financeiras) e dos procedimentos penais dos serviços especializados (fluxos financeiros, ciência forense, médico-legal, cena de crime, etc.) 2. Apoio na capacitação das equipas conjuntas de controle dos tráficos ilegais nos principais portos e aeroportos	ONUDC	<ul style="list-style-type: none"> Laboratório forense reforçado em termos técnico e material Certificação internacional da qualidade (ICT) dos testes toxicológicos feitos pelo Laboratório da Polícia Científica pela Sede do ONUDC Equipas conjuntas de controlo do tráfico ilícito nos Portos com regras de funcionamento definidos e reportando as operações efectuadas nos portos ao Programa Global de Controlo de Contentores Célula Aeroportuária no Aeroporto da Praia (CAAT) com acesso a base de dados relevantes e funcionamento 24/24 Equipa do CAAT treinada na área cibernética e meios operacionais Serviços de prevenção e combate à Lavagem de Capitais (LC) e Financiamento de Terrorismo reforçados em termos de capacidade técnica e operacional; Sector público e privado sensibilizados em matéria de prevenção da Lavagem de Capitais (LC) 200 Agentes de aplicação da Lei com formação em CBT (Formação Baseada por Computador) PI & PGR com sistemas de informação e comunicação mais seguros Plano de Integridade para o MAI/PN elaborado Cerca de 50 Oficiais de Justiça de todas as Comarcas com formação em ética e integridade Rede de Comunicadores em matéria de prevenção contra a corrupção estabelecida A equipa técnica do Departamento de Investigação Acção Penal na PGR formada em matéria de prevenção e investigação da criminalidade organizada 	PI, PN, DGA, UJF, PGR, CSMI, MAI	150,000 \$
2.2.3 O Governo e a Sociedade Civil possuem capacidades institucionais para contribuir para a prevenção efectiva do uso de drogas e crime urbano.	1. Reforço das capacidades das instituições governamentais e da sociedade civil, incluindo ONGs/OICs, famílias e jovens, em matéria de prevenção do uso de drogas e criminalidade urbana 2. Apoio à análise da situação e das tendências do uso de drogas e sua relação com o crime urbano.	ONUDC	<ul style="list-style-type: none"> Cerca de 60 representantes dos NCPs (Núcleos Concilhos de Prevenção) e ONGs com competências reforçadas em matéria de prevenção da droga e crime nas Comunidades Dados sobre a prevalência do uso de substâncias psicoactivas na população geral e no meio escolar disponíveis Dados de monitorização da percepção da criminalidade na Cidade da Praia disponíveis 150 famílias representativas de todos os concelhos do país com competências reforçadas em matéria de prevenção de drogas e crime 10 Escolas de ensino secundário e básica de Santiago, S.Vicente, Sal, Milio, B.Vista e Fogo com projectos e iniciativas de prevenção CCCD (Comissão de Coordenação do Combate à Droga) com capacidade técnica e operacional reforçada para coordenação das acções de prevenção Actividades de sensibilização abusivas ao Dia Mundial contra as Drogas realizadas a nível nacional 	CCCD, NGS, CBOs, MAI, DGA	70,000 \$
2.2.4 Instituições de justiça criminal possuem uma capacidade reforçada para fazer justiça de forma justa, equitativa e efectiva.	1. Apoio no reforço das capacidades técnicas dos operadores de justiça criminal 2. Apoio ao desenvolvimento de medidas efectivas para a protecção das vítimas, dos menores e das testemunhas. 3. Apoio à reforma do sistema penitenciário e de reinserção social dos reclusos condenados 4. Apoio na reforma do sistema judiciário e do mapa judicial 5. Apoio no desenvolvimento de estratégias e mecanismos que facilitem a consciência jurídica e promovam o acesso à informação jurídica, com ênfase nos grupos vulneráveis 6. Apoio ao desenvolvimento e operacionalização de um sistema de alternativas à prisão. 7. Melhorar a assistência jurídica e o aconselhamento, bem como os sistemas públicos de defesa.	ONUDC	<ul style="list-style-type: none"> 2 Círculos de conferência sobre Justiça Criminal realizados pelo MI visando adaptar o código do processo penal aos novos desafios de criminalidade em Cabo Verde; Magistrados e polícias treinados em matéria de Justiça Criminal; Compliação de Leis em matéria de cooperação judiciária internacional concluída e distribuída; A biblioteca dos Tribunais reforçada com material didáctico. 	DGSPRS, PGR, CSMI,	80,000 \$

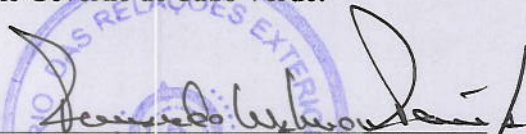
Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
2.2.5 O sistema de justiça juvenil opera de acordo com as normas internacionais e do quadro jurídico nacional.	<p>1. Apoio na avaliação do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde em conformidade com as normas internacionais</p> <p>2. Apoio na formulação e implementação de um programa que visa a melhoria da capacidade de resposta do sistema de justiça juvenil em Cabo Verde.</p>	ONUDC	<p>Programa conjunto sobre o sistema de justiça juvenil concluído e em execução (UNODC/UNICEF)</p>	MJ, DGSPHS, ECA, CCCD PGR, CSMI,	0 \$

Produto	Actividade (Actividades principais do plano de acção UNDAF 2012-2016)	Agência	Metas Anuais 2013 (resultado esperado no fim do ano, após a implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos disponíveis (Recursos Core + Non-core)
Efeito 2.3: O diálogo e a participação dos diferentes atores sociais e dos cidadãos no processo de desenvolvimento, particularmente dos jovens e das mulheres, são garantidos.					
<p>1. Contribuição do nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave das mulheres</p> <p>2. Consultas ao nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave da juventude</p> <p>3. Advocacia com partidos políticos e tomadores de decisão relativamente as questões das agências (mulheres/jovens)</p> <p>4. Definição e implementação de plataformas de participação e monitorização de processos-chave, tais como o DECRP</p> <p>5. Desenvolvimento e/ou reforço das estruturas de diálogo social</p> <p>6. Reforço de programas de comunicação e educação para a promoção da cidadania e da participação cívica</p> <p>7. Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e iniciativas pilotos.</p> <p>8. Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável</p> <p>9. Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e a iniciativas piloto.</p> <p>10. Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável.</p>	<p>1. Contribuição do nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave das mulheres</p> <p>2. Consultas ao nível local e nacional para o desenvolvimento de uma agenda comum sobre as questões-chave da juventude</p> <p>3. Advocacia com partidos políticos e tomadores de decisão relativamente as questões das agências (mulheres/jovens)</p> <p>4. Definição e implementação de plataformas de participação e monitorização de processos-chave, tais como o DECRP</p> <p>5. Desenvolvimento e/ou reforço das estruturas de diálogo social</p> <p>6. Reforço de programas de comunicação e educação para a promoção da cidadania e da participação cívica</p> <p>7. Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e iniciativas pilotos.</p> <p>8. Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável</p> <p>9. Reforço das capacidades centrais e locais para a cidadania territorial e a iniciativas piloto.</p> <p>10. Apoio e implementação da rede de jovens para o Desenvolvimento Urbano Sustentável.</p>	<p>ONU MULHERES</p> <p>OIT</p>	<p>• 40 mulheres candidatas às eleições municipais de 2012 formadas em género e empoderamento das mulheres (Praia e São Miguel)</p> <p>• 10 encontros consultativos realizados a nível local para a recolha das prioridades de género a nível local (a definir de acordo com plano a estabelecer com as candidatas)</p> <p>• UNTC-CS (União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde - Central Sindical) e a CCSL (Confederação Caboverdiana dos Sindicatos Livres) organizam uma ação conjunta para a ratificação da Convenção 189 (Trabalho Digno para o Trabalho Doméstico).</p>	<p>UNICEF, UNFOS e redes de Mulheres, organizações da sociedade civil a nível local</p> <p>MIEDRH, UNTC, CCSL</p>	<p>30,000 \$</p> <p>8,600 \$</p>
<p>2.3.2 Os sistemas e processos eleitorais são melhorados.</p>	<p>1. Reforço das capacidades técnicas e institucionais das estruturas encarregues de preparar, organizar e avaliar os processos eleitorais</p> <p>2. Apoio na realização de campanhas de sensibilização e educação cívica apelando a participação activa dos cidadãos nos actos eleitorais, com enfoque na equidade de género e tendo em consideração os grupos vulneráveis.</p>	<p>UNDP</p>	<p>• Auditoria à base de dados eleitorais realizadas;</p> <p>• Plano estratégico da Direcção Geral de Apoio ao Processo Eleitoral elaborado;</p> <p>• Proposta de revisão da lei dos partidos políticos elaborada;</p> <p>• Proposta de lei de financiamento dos partidos políticos elaborada;</p> <p>• Plano de desenvolvimento de capacidade das OSC-Plano estratégico e programas de educação cívica a longo prazo elaborados;</p> <p>• Quadros dos CREs, da DGAPE e CNE formados em elaboração de orçamentos, planos de procurement e planos operacionais eleitorais;</p> <p>• NOSI é reforçado institucionalmente por via da assistência técnica para o desenvolvimento de software e elaboração de especificações e aquisição de equipamento no quadro do SNIAC (reforço da base de dados eleitoral)</p>	<p>CNE/DGAPE/NOSI</p>	<p>251,036 \$</p>
TOTAL PILAR 2					4,437,687 \$



País	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2013	
PI-AR III	Redução das disparidades e iniquidades	
Agência Líder	OMS	
Agência co-Líder	UNICEF / UNFPA	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	OIT	249,680
	OMS	183,687
	ONU HABITAT	95,000
	ONU DC	200,000
	PNUD	150,000
	UNFPA	270,000
	UNICEF	170,000
	UNV	70,606
	TOTAL	1.388.973
Parceiros nacionais	INPS, CNPS, MJEDRH, MS, ICCA, MAHOT, ANMCV, CCCD, MED, CNDHC, Plateforme ONGs, CCS-SIDA, ANV	

Pelo Governo de Cabo Verde:


Director Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação

13 Abril 2013
Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:


Coordenadora Residente

30/04/2013
Data

Plano de trabalho Anual 2013 One UN					
PILAR 3 : Redução das disparidades e iniquidades					
Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Core e Non-core resources)
Efeito 3.1: As instituições nacionais a nível central e local asseguram uma melhor integração da redução das disparidades e estratégias setoriais e intersectoriais.					
3.1.1 Informações quantitativas e qualitativas disponíveis evidenciando a natureza, profundidade, importância e distribuição das disparidades e iniquidades, para a definição de políticas sectoriais adequadas (saúde, HIV-SIDA, educação, emprego, protecção, justiça, habitação).	1) Análises aprofundadas e desagregadas para a caracterização das disparidades e iniquidades no acesso a serviços em sectores chave 2) Assistência técnica para a criação de um sistema de gestão e monitorização das populações vulneráveis 3) Assistência técnica e reforço institucional para assegurar a disponibilidade dos dados sobre a pobreza e vulnerabilidade 4) Estudo de impacto dos apoios e programas de protecção social a favor das populações vulneráveis em zonas prioritárias 5) Análises aprofundadas sobre equidade e sustentabilidade em sectores chave como a protecção social, entendida de forma abrangente	OIT	i) Relatório sobre a implementação das recomendações sobre novos processos, sistemas e instrumentos para seleção e atribuição de pensão social. ii) Observatório dos recursos humanos da saúde integrado no observatório nacional da saúde; iii) Capacidade reforçada do Ministério da Saúde e outras instituições em recolha, análise e publicação de dados sobre os determinantes sociais da saúde incluindo, género, deficiência e equidade.	INPS, CNPS, MIEDRH	2,500 \$
		OMS	i) Apolo ao ICCA para estabelecimento do Comité Directivo Nacional de luta contra o trabalho infantil no âmbito do implementação do Plano de Acção Nacional contra o trabalho infantil (PAN) : estabelecimento de um comité de pilotagem e identificação das necessidades das estruturas nacionais encarregues da implementação do PAN, lista definida dos trabalhos perigosos proibidos às crianças; ii) Implementação pela Associação Comercial de Sotavento (ACS) e pela União dos Trabalhadores de Cabo-Verde (UNTC) de medidas de sensibilização dos actores no sector da hotelaria para a prevenção contra a exploração sexual comercial das crianças (ESCC); iii) Reforço da capacidade dos profissionais das mídias sobre a ESCC; iv) Dados quantitativos sobre o trabalho infantil (sectores, regiões e sexo específico), disponíveis graças ao inquérito nacional sobre o trabalho infantil (INTI) e estudos associados. v) Estratégia nacional sobre a cobertura universal da saúde definida e em implementação; vi) Competências reforçadas de quadros do Ministério da Saúde, INPS e outras instituições no domínio do financiamento da saúde e da cobertura universal. vii) Estratégia nacional da acção intersectorial em saúde definida para melhorar a coordenação, planificação e seguimento.	MS	58,000 \$
3.1.2 Políticas sectoriais chave são revistas para ter em conta as disparidades, incluindo as desigualdades de género, de acordo com os padrões de Direitos Humanos.	le cadre institutionnel pour la lutte contre des enfants au Cap Vert a été renforcé; la situation de travail de l'enfant au Cap Vert est portée à la connaissance des institutions et de la société et des actions sont prises; 1) Assistência técnica para identificação de opções de intervenção para respostas específicas às situações de disparidade nos diferentes sectores chave 2) Reforço das capacidades para organização e reforço dos investimentos nos sectores-chave com vista à redução das disparidades mapeadas. 3) Reforço das capacidades para a elaboração do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social e implementação de projetos-piloto de Requalificação Urbana nos bairros espontâneos	OIT	i) Apolo ao ICCA para estabelecimento do Comité Directivo Nacional de luta contra o trabalho infantil no âmbito do implementação do Plano de Acção Nacional contra o trabalho infantil (PAN) : estabelecimento de um comité de pilotagem e identificação das necessidades das estruturas nacionais encarregues da implementação do PAN, lista definida dos trabalhos perigosos proibidos às crianças; ii) Implementação pela Associação Comercial de Sotavento (ACS) e pela União dos Trabalhadores de Cabo-Verde (UNTC) de medidas de sensibilização dos actores no sector da hotelaria para a prevenção contra a exploração sexual comercial das crianças (ESCC); iii) Reforço da capacidade dos profissionais das mídias sobre a ESCC; iv) Dados quantitativos sobre o trabalho infantil (sectores, regiões e sexo específico), disponíveis graças ao inquérito nacional sobre o trabalho infantil (INTI) e estudos associados. v) Estratégia nacional sobre a cobertura universal da saúde definida e em implementação; vi) Competências reforçadas de quadros do Ministério da Saúde, INPS e outras instituições no domínio do financiamento da saúde e da cobertura universal. vii) Estratégia nacional da acção intersectorial em saúde definida para melhorar a coordenação, planificação e seguimento.	ICCA, MIEDRH	165,100 \$
		OMS	i) Apolo ao ICCA para estabelecimento do Comité Directivo Nacional de luta contra o trabalho infantil no âmbito do implementação do Plano de Acção Nacional contra o trabalho infantil (PAN) : estabelecimento de um comité de pilotagem e identificação das necessidades das estruturas nacionais encarregues da implementação do PAN, lista definida dos trabalhos perigosos proibidos às crianças; ii) Implementação pela Associação Comercial de Sotavento (ACS) e pela União dos Trabalhadores de Cabo-Verde (UNTC) de medidas de sensibilização dos actores no sector da hotelaria para a prevenção contra a exploração sexual comercial das crianças (ESCC); iii) Reforço da capacidade dos profissionais das mídias sobre a ESCC; iv) Dados quantitativos sobre o trabalho infantil (sectores, regiões e sexo específico), disponíveis graças ao inquérito nacional sobre o trabalho infantil (INTI) e estudos associados. v) Estratégia nacional sobre a cobertura universal da saúde definida e em implementação; vi) Competências reforçadas de quadros do Ministério da Saúde, INPS e outras instituições no domínio do financiamento da saúde e da cobertura universal. vii) Estratégia nacional da acção intersectorial em saúde definida para melhorar a coordenação, planificação e seguimento.	MS, INPS, MIEDRH	7,200 \$
3.2.1 A qualidade dos serviços a nível local, em particular da educação, saúde, protecção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.	1) Reforço das capacidades dos sectores para a prestação de serviços de qualidade, com enfoque nos direitos e necessidades específicas das populações (tal como a integração da saúde mental nos cuidados primários de saúde, protecção da criança incluindo programa de registo a nascença, educação especial, pré-escolar, cuidados e tratamento dos UD, reinserção social de reclusos, entre outros) 2) Reforço das capacidades municipais para a planificação a organização e a gestão participativa visando a redução das disparidades, incluindo as que afectam crianças e mulheres 3) Reforço das capacidades de planificação e gestão dos actores municipais para o desenvolvimento local equitativo e inclusivo 4) Reforço das capacidades locais para a integração das questões de segurança na planificação local, formulação e implementação de programas de policiamento de proximidade, incluindo programas específicos de prevenção da violência nos espaços educativos	ONU HABITAT	i) Os termos de referência para a assistência técnica da ONUHABITAT serão elaborados bem como a identificação do papel de cada actor de intervenção serão determinados visando a elaboração de uma Política Urbana para Cabo Verde, à luz das Directrizes Globais da ONUHABITAT.	MAHOT	50,000 \$
		UNFPA	i) Estratégia nacional de saúde reprodutiva dos Adolescentes/Jovens finalizada e serviços específicos reforçados ii) Centros de referência de Saúde Reprodutiva (dois) com intervenções sobre cancro ginecológico reforçados iii) Acções para a promoção da saúde reprodutiva, incluindo planeamento familiar, realizadas a nível nacional.	MS/MIEDRH	195,000 \$
		OMS	i) Campanha Nacional de Vacinação Sarampo/Rubeola no âmbito da Estratégia Global da eliminação do Sarampo/Rubeola até 2020 realizada; ii) Jornadas de vacinação contra Polio realizadas iii) Programa de fortificação alimentar domiciliar para redução da anemia em menores de cinco anos elaborado e em curso de implementação; iv) Plano Nacional de Nutrição elaborado.	MS	130,000 \$
		OMS			MS

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Funidos Disponíveis (Core + Non-core resources)
		ONU DC	<p>i) Equipa Técnica da CCCD formada em matéria de planificação de acções de prevenção e tratamento das toxicodependências; CCCD com critérios de apoio aos projectos e iniciativas das ONGs e OBCs elaborados; Lei que cria a CCCD reformulada face aos novos desafios na prevenção e combate à droga e crime;</p> <p>ii) Capacidades dos serviços do sector público e privado de saúde, educação, justiça, juventude incluindo OBCs e ONGs reforçadas para prevenção, cuidados e tratamento das toxicodependências e do VIH/SIDA de forma integrada e baseada em evidências e melhores práticas (projecto treatnet II) a nível nacional.</p>	CCCD, DNS, DGSPRS, CCS-SIDA	50,000 \$
		PNUD	<p>i) DGDAL apoiada em 1 revista (INOV) para produção de parâmetros jurídicos necessários e preparação de propostas de legislação e regulamentação e de um conselho na implementação de políticas para a administração local.</p> <p>ii) Observatório para o seguimento da performance dos municípios na prestação de serviços descentralizados montado;</p> <p>iii) Formação e troca de experiências na área da administração local nível nacional e internacional realizadas;</p> <p>iv) Estudo retrospectivo sobre a descentralização em Cabo Verde realizado;</p> <p>v) Jornadas de descentralização organizadas;</p> <p>vi) Actores de desenvolvimento local (agentes estatais e sociedade civil) mobilizados para os processos de planificação;</p> <p>vii) Eleitos e quadros dos municípios capacitados em gestão autárquica;</p> <p>viii) Centro de apoio on line aos municípios consolidado;</p> <p>ix) Programa de modernização administrativa executado em três municípios pilotos a definir.</p>	DGDAL	150,000 \$
		OIT	<p>i) Conferência sobre Governação da Segurança Social, organizada em conjunto com o Centro Internacional de Formação da Organização Internacional do Trabalho e o Instituto Nacional de Previdência Social (dirigida a membros do Governo e da administração pública, sindicalistas, representantes das entidades empregadoras, deputados(as) e grupos parlamentares, líderes políticos, magistrados(as), jornalistas, representantes de associações da sociedade civil e organizações internacionais).</p>	INPS, CNPS, MIEDRH	42,860 \$
		ONU HABITAT	<p>i) Adaptadas ao contexto nacional de Cabo Verde, as Linhas Directrizes Internacionais para a Descentralização e Acesso aos Serviços Urbanos de Base para Todos visando preencher os gaps existentes na inclusão do pobre urbano.</p>	MAHOT	40,000 \$
		UNFPA	<p>i) Mecanismo de coordenação das intervenções para a Saúde Reprodutiva entre os sectores da saúde, juventude, sociedade e civil definido.</p>	MS	50,000 \$
		UNICEF			20,000 \$
		OMS	<p>i) Sistema de informação do PMSR definido e em implementação.</p>	MS	5,000 \$
		ONU DC	<p>i) Dados dos estudos sobre a prevalência do uso de droga na população geral e meio escolar divulgados - Relatório Final;</p> <p>ii) Capacidades das ONGs, OBCs a nível nacional e famílias reforçadas em matéria de prevenção ao uso de drogas e doenças conexas incluindo VIH/SIDA;</p> <p>iii) Programas em matéria de cuidados, tratamento e reinserção social dos toxicodependentes (One-Stop-Shop) incluindo nos centros de tratamento e nas prisões são formulados e implementados.</p>	CCCD, DGSPRS, CCS-SIDA	150,000 \$
3.2.1 A qualidade dos serviços a nível local, em particular da educação, saúde, protecção, justiça, emprego, é melhorada com a promoção de intervenções baseadas nos direitos.	<p>1) Reforço das capacidades dos sectores para a prestação de serviços de qualidade, com enfoque nos direitos e necessidades específicas das populações (tal como a integração da saúde mental nos cuidados primários de saúde, protecção da criança incluindo programa de registo a nascença, educação especial, pré-escolar, cuidados e tratamento dos UD, reinserção social de reclusos, entre outros)</p> <p>2) Reforço das capacidades municipais para a planificação a orçamentação e a gestão participativa visando a redução das disparidades, incluindo as que afectam crianças e mulheres</p> <p>3) Reforço das capacidades de planificação e gestão dos actores municipais para o desenvolvimento local equitativo e inclusivo</p> <p>4) Reforço das capacidades locais para a integração das questões de segurança na planificação local, formulação e implementação de programas de policiamento de proximidade, incluindo programas específicos de prevenção da violência nos espaços educativos</p>				
3.2.2 Respostas intersectoriais são fornecidas aos direitos à saúde sexual e reprodutiva, particularmente para os jovens e as mulheres.	<p>1) Apoio à elaboração e implementação de documentos estratégicos em saúde reprodutiva (SR); aos serviços IST/VIH/SIDA/TB e Paludismo, incluindo a atenção psicossocial, com enfoque nos SH.</p> <p>2) Reforço das capacidades nacionais intersectoriais para a supervisão e coordenação técnica em SR.</p> <p>3) Reforço das capacidades para a concepção e implementação de programas de sensibilização, desestigmatem e tratamento de VIH-SIDA, que dêem uma resposta integrada às populações com comportamentos de risco acrescido, incluindo TPS e UD, e seus parceiros, reclusos, etc.</p> <p>4) Apoio às actividades de prevenção ao uso de drogas, HIV/SIDA, tuberculose e hepatites nas prisões;</p> <p>5) Apoio à participação das PVVIH - pessoas vivendo com o VIH - na luta contra a SIDA;</p> <p>6) Prevenção e Tratamento do HIV entre os usuários de droga, em particular mulheres e jovens</p> <p>7) Reforço da cobertura da protecção social para as populações mais vulneráveis</p>				
3.2.3 Uma resposta multissectorial às IST/VIH/SIDA, tuberculose e abuso de drogas implementada, focalizada nas populações mais em risco e vulneráveis.					

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Metas anuais (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Core + Non-core resources)
		UNFPA	<p>i) Rede das Pessoas que Vivem com VIH reforçada técnica e financeiramente para a implementação dos seus planos de acção (Barlavento - associação ABRACÇO e Sotavento - associação ESPERANÇA)</p> <p>ii) Preservativos masculinos e femininos mobilizados em complemento ao plano de acção do UNFPA</p> <p>iii) Programa de Prevenção da Transmissão Vertical reforçado com participação activa das Mulheres Seropositivas de Cabo Verde;</p> <p>iv) Apoio social, psicológico e acompanhamento médico assegurado (pelos sociólogos que integram as equipas dos Polos de Sotavento e de Barlavento, com apoio das NU), para assegurar o cumprimento do protocolo de PTV (tratamento, parto institucional e seguimento médico a nível comunitário) para o seguimento comunitário das Pessoas que Vivem com o VIH, incluindo mães e crianças, nos polos de Sotavento e de Barlavento;</p> <p>v) Intervenções de prevenção/cuidados ao VIH/SIDA reforçadas dirigidas aos TPS e HSH a nível comunitário em articulação com ONGs nacionais.</p>		25,000 \$
		UNICEF		CCS/SIDA	20,000 \$
		OMS	<p>i) Documento de resposta sobre o VIH/SIDA do sector da saúde elaborado incluindo a estratégia sobre as IST</p> <p>ii) Revisão do Plano Estratégico de Luta contra a tuberculose e a actualização do guia finalizados e em implementação ;</p> <p>iii) Apoio técnico assegurado à revisão do Plano da pré-eliminação do paludismo;</p> <p>iv) Formação a nível nacional dos profissionais sobre as novas recomendações técnicas e planos VIH/TB/Palu.</p>	MS	62,000 \$
Efeito 3.3: As populações mais vulneráveis, particularmente os jovens e as mulheres, exigem e utilizam serviços de qualidade					
3.3.1 As capacidades das comunidades, particularmente as mais vulneráveis, são fortalecidas para a adoção de práticas essenciais que promovam o desenvolvimento integral dos seus membros, e aumentam a demanda de serviços sociais essenciais.	(1) Programas de defesa nos média sobre o desenvolvimento urbano	ONU HABITAT	<p>i) O núcleo de Jornalistas e Comunicadores Sociais em matéria de Cidadania Territorial e Urbana beneficiado com a assistência técnica e financeira da ONUHABITAT visando a sua operacionalização.</p>	MAHOT	5,000 \$
3.3.2 O voluntariado nacional é ampliado para assegurar uma cidadania activa e reforçar a cidadania territorial por meio de estratégias e intervenções-chave de desenvolvimento a nível local.	Realizar capacitação interna na Agência Nacional do Voluntariado; Implementação de um sistema de monitorização, seguimento e avaliação. Consolidar o quadro legal sobre voluntariado Realizar formações para as organizações mobilizadoras de voluntariado sobre a mobilização, gestão dos/as voluntários/as e para a intervenção na comunidade. Elaborar um plano conjunto com o Ministério das Comunidades para a Promoção do Voluntariado na Diáspora	UNV	<p>i) Passaporte do Voluntariado implementado e monitorizado;</p> <p>ii) Entidades mobilizadoras de voluntariado credenciadas para atribuição do Passaporte;</p> <p>iii) Redes das Organizações Mobilizadoras de Voluntariado dinamizadas ;</p> <p>v) Sistema de seguimento e avaliação das organizações Promotoras implementado;</p> <p>vii) Promoção e Elaboração de parcerias com as entidades que trabalham com essas temáticas na diáspora caboverdiana;</p> <p>viii) Entidades Promotoras de voluntariado capacitadas em mobilização e gestão de voluntários;</p> <p>viii) Avaliação da implementação do impacto do projecto nas áreas de abrangência.</p>	Agência Nacional do Voluntariado (MIEDRH)	70,606 \$
TOTAL PILAR 3					1,388,973 \$



Pais	Cabo Verde	
Plano Anual de Trabalho	2013	
PILAR IV	Sustentabilidade ambiental e adaptação as mudanças climáticas	
Agência Líder	PNUD	
Agência co-Líder	ONU DC	
Agências participantes	Agência	Orçamento (USD)
	FAO	110,000
	OMS	66,000
	ONU HABITAT	20,000
	ONUDI	719,847
	PNUD	3,268,191
	UNEP	90,000
	UNFPA	35,000
	UNICEF	30,000
	TOTAL	4.339.038
Parceiros nacionais	MS, MDR, INMG, MAHOT, INGRH, MAHOT, MTIE, CN-UNESCO, ONGs, OSC, ACB, CMRB, MED, Plateforme ONGs	

Pelo Governo de Cabo Verde:



Director Nacional dos Assuntos Políticos e de Cooperação

30 Abril 2013

Data

Pelo Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde:



Coordenadora Residente

30/04/2013

Data

Plano de Trabalho Anual 2013 One UN					
PILAR 4 : Sustentabilidade ambiental e adaptação as mudanças climáticas					
Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2015	Agência	Objectivo Anual 2013 (resultados separados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundo Dependente (Recursos Core + Non-core)
Efeito 4.1: As instituições reforçam a governação ambiental e integram os princípios de sustentabilidade ambiental, de mudanças climáticas e redução dos riscos de desastres naturais nas políticas e programas de desenvolvimento nacional e local.					
<p>4.1.1 O quadro legal e regulamentar da governação ambiental integra os princípios de sustentabilidade, equidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em conformidade com os compromissos internacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na melhoria do quadro legislativo e modelo institucional de governação ambiental e sua implementação • Apoio à implementação e seguimento das convenções dos quadros internacionais (Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Desertificação) e o Protocolo de Montreal • Apoiar com mecanismos de integração das questões relativas as Mudanças climáticas e da sustentabilidade ambiental no processo de planificação do desenvolvimento com uma atenção especial as questões de género e dos direitos humanos. • Apoiar na identificação e implementação de medidas de adaptação as mudanças climáticas, prevenção e redução de risco no ordenamento do território e na planificação urbana 	OMS	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Acção Conjunto para a Adaptação da Saúde Pública às Mudanças Climáticas implementado. • Guia sobre os principais riscos de saúde ligados ao ambiente elaborado e divulgado. 	MS/MDR	35,000 \$
		FAO	<ul style="list-style-type: none"> • A situação nacional do nível dos resíduos de pesticidas sobre os produtos agrícolas é conhecida após a realização de análises aos principais produtos agropecuários. • 11 quadros de Protecção dos Vegetais, do Ministério da Saúde e do laboratório INLAB, todos dos serviços centrais, formados em uma sessão de formação de 5 dias, sobre os procedimentos de análise dos resíduos sobre os produtos. • Recomendações feitas, por missão de consultoria, aos serviços competentes - MDR e Ministério da Saúde - sobre as medidas medidas a tomar para fazer face à situação actual sobre a eventual presença de resíduos de pesticidas nos alimentos. 	MDR/OGASP	35,000 \$
		PNUD	<ul style="list-style-type: none"> • O atelier de lançamento do projecto da Terceira Comunicação Nacional para UNFCCC é organizado. • O sistema de inventário dos gases com efeito de estufa é implementado. • Análise sectorial do potencial de mitigação das emissões de gases realizadas. 	MAHOT/INMG	236,250 \$
		UNEP	<ul style="list-style-type: none"> • 30 Funcionários aduaneiros formados em técnicas de identificação e controlo de hidrofluorcarbonetos (HFCs), no contexto da aplicação do Protocolo de Montreal. • 40 Técnicos de refrigeração do sector privado são capacitados em boas práticas de refrigeração de convénio de Ar Condicionado. • Recomendações e resultados da reunião da Rede de Coordenadores responsáveis do Programa OZONE na África francófona e lusófona, sistematizadas e implementadas. 	MAHOT	90,000 \$

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	(resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Estados Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>4.1.1 O quadro legal e regulamentar de governação ambiental integra os princípios de sustentabilidade, equidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, em conformidade com os compromissos internacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na melhoria do quadro legislativo e modelo institucional de governação ambiental e sua implementação • Apoio à implementação, execução e monitorização dos quadros internacionais (Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Desertificação) e o Protocolo de Montreal • Apoio com mecanismos de integração das questões relativas às Mudanças Climáticas e da sustentabilidade ambiental no processo de planificação do desenvolvimento com uma atenção especial às questões de género e dos direitos humanos. • Apoio na identificação e implementação de medidas de adaptação às mudanças climáticas, prevenção e redução de riscos no ordenamento do território e na planificação urbana 	<p>PNUD</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As capacidades das instituições nacionais relevantes em identificar e gerir riscos e vulnerabilidades climáticas são reforçadas. • 5 (cinco) estações automáticas de observação meteorológicas são instaladas nas ilhas de Santo Antão e Santiago e integram a rede nacional de observação climática. • Tecnologias e técnicas de uso eficiente da água, reutilização das águas residuais, conservação de solos e águas, são demonstradas nos sítios de intervenção (Porto Novo, Ribeira Grande, Ribeira Seca e Tarrafal) • As lições aprendidas e boas práticas das iniciativas piloto no domínio de gestão dos recursos hídricos são demonstradas (local e regional). • intervenção piloto de bombagem solar de água é demonstrado beneficiando as populações do planalto leste (Santo Antão). • Os planos e programa nacionais e locais integram os riscos e as medidas adaptativas às mudanças climáticas (PAGIR, PEDAC, PNA, DCRP-III, PMDB). • O inquérito sobre avaliação da redução da vulnerabilidade (VRA) é realizado (meio percurso e final do projecto). 	<p>MAHOT/INGRH</p>	<p>1.013.428 \$</p>
<p>4.1.2 As capacidades das instituições centrais e locais são reforçadas para a concepção, implementação, seguimento e avaliação de políticas e programas de gestão ambiental, e de prevenção e resposta aos desastres naturais sensíveis ao género, às crianças e à juventude.</p>	<p>Apoio aos programas de urgência e de controlo das epidemias, doenças, pragas e fenómenos climáticos extremos</p>	<p>ONU HABITAT FAO OMS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • AM 2013 Cabo Verde beneficiará da assistência da ONU HABITAT no que toca à implementação da sua política de gestão de propriedade e política urbana mediante assistência técnica na elaboração das ferramentas e desenvolvimento de melhores práticas. • A situação epidemiológica da Feste Suína Africana (PSA) é conhecida no país, e as medidas de controlo da doença são implementadas a nível nacional pelos serviços técnicos competentes. • O laboratório da DGASP e os serviços veterinários desconcentrados do Estado, têm capacidades de diagnóstico e gestão da PSA. • Competências de liderança e empoderamento das comunidades ligadas ao ambiente a nível nacional são reforçadas. • Actividades de prevenção primária destinadas a reduzir os riscos para a saúde ligadas ao ambiente são implementadas nos locais de trabalho, comunidades, escolas e estruturas de saúde a nível nacional. 	<p>MAHOT MDR/DGASP MS/MDR</p>	<p>20.000 \$ 75.000 \$ 31.000 \$</p>

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2015	Agência	(resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
<p>4.2.2 As capacidades das instituições centrais e locais são reforçadas para a concepção, implementação, seguimento e avaliação de políticas e programas de gestão ambiental, e de prevenção e resposta aos desastres naturais sensíveis ao género, às crianças e à juventude.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio à elaboração e implementação do Plano Nacional de Educação Ambiental e Programas de formação profissionalizante no domínio ambiental • Reforço das capacidades sectoriais na formulação de políticas e programas de gestão dos recursos naturais e prevenção, redução e resposta aos desastres, incluindo enfoque na integração do género e questões das crianças/jovens • Reforço aos Sistemas Nacionais de Estatística Ambiental, Informação Ambiental (SIA) e Água • Apoio à implementação de Programas estratégicos: PAGRIN, PANAL, NAPA, NAMA, Plano Nacional de Saneamento 	<p>PNUD</p> <p>UNICEF</p> <p>UNFPA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O relatório técnico da Análise da Situação do País para Avaliação dos Riscos de Desastre é concluído. • Inventário dos dados histórico dos desastres realizado e integra a Base de dados de desastres. • A base de dados de desastres é concebida e os técnicos do SNPC, são treinados na introdução e manutenção das informações. • E-biblioteca sobre Desastres é disponibilizado ao público. • Os procedimentos técnicos, as metodologias e especificações técnicas para avaliação de riscos, são elaborados e integrados no Sistema Nacional de Informação de Riscos e Desastres • O sistema nacional de informação sobre os riscos (SNIR) é desenhado e estruturado. • O perfil nacional dos perigos é concluído, os dados dos perigos e modelos integram o SNIR. 	<p>MAHOT SNPC INE</p>	<p>25.000 \$</p> <p>30.000 \$</p> <p>35.000 \$</p>
<p>4.2.3 Planificação e implementação de políticas de crescimento verde apoiadas nas energias renováveis e no uso eficiente dos recursos para um desenvolvimento de baixo carbono e uma produção mais limpa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento da política nacional e dos quadros institucionais, através da integração do acesso à energia nas estratégias nacionais de desenvolvimento, de redução da pobreza e planos de desenvolvimento de baixo carbono. • Apoio à definição legislativa, formulação e implementação de políticas de crescimento verde, eficiência energética, baixo carbono e produção mais limpa • Reforço das capacidades nacionais para a implementação de estratégias de gestão de resíduos • Apoio à promoção e aplicação de tecnologias para a energia solar, energia eólica e bioenergia, para maior eficiência energética a nível doméstico e institucional 	<p>ONUDI</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Nacional de Certificação de Sistemas Integrados de Qualidade elaborado e implementado. • Sector do Turismo (Hotéis e Pousadas) implementam Produção mais limpa. • Empresas e organizações conhecem e implementam metodologias de Produção mais limpa e o Prémio Nacional de Produção mais limpa é implementado pelas Câmaras de Comércio, Indústria e Serviços. 	<p>CCISS / CCIASB</p>	<p>19.847 \$</p>
			<ul style="list-style-type: none"> • Quatro projectos de demonstração de energias renováveis concebidos e implementados. • Estudo de opções para fornecer 200% de energia renovável conduzido para Brava. • Regulação, estratégia e plano de acção para o desenvolvimento de tecnologias de pequena e média escala de energia renovável desenvolvido. 	<p>MTIE</p>	<p>700.000 \$</p>
		<p>PNUD</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A metodologia de elaboração da NAMA (national appropriate mitigation action) sectoriais é desenvolvida e aprovada (análise de custo e benefício). • NAMA para sectores específicos e o plano de acção são elaborados. • As capacidades nacionais para concepção e implementação da Estratégia de Desenvolvimento de Baixo Carbono e Resiliente ao Clima são reforçadas. 	<p>MAHOT/DGA</p>	<p>100.000 \$</p>

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Objectivo Anual 2013 (resultados esperados ao fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Recursos Disponíveis (Recursos Core + Non-core)
Efeito 4.2: As instituições públicas e privadas adoptam uma abordagem holística de conservação e protecção dos habitats críticos e da biodiversidade, e utilizam de forma sustentável os recursos naturais para um crescimento inclusivo.					
<p>4.2.1 As instituições nacionais têm capacidades melhoradas para a concepção e implementação de estratégias e planos de acção para a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e reabilitação dos habitats e dos ecossistemas críticos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e implementação das reservas da biosfera. • Consolidação do sistema das áreas protegidas. • Apoio ao desenvolvimento e implementação de políticas de conservação da biodiversidade marinha e terrestre, incluindo habitats sensíveis. • Apoio na elaboração e implementação de uma estratégia de gestão e valorização dos recursos marinhos e costeiros. • Integração da protecção da diversidade biológica, uso sustentável e a prova do clima dos recursos terrestres e água nas indústrias imobiliária e de turismo. • Elaboração dum Plano Nacional de exploração sustentável de inertes 	<p>PNUD</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os Estatutos do Organismo Autónomo das Áreas Protegidas (OAAAP), bem como os estudos de viabilidade económica e financeira do referido organismo é elaborado e apresentado para aprovação. • As ferramentas de planeamento e gestão das áreas protegidas são desenvolvidas: (i) Plano Nacional de Zonamento; (ii) Estratégia Nacional de AP; e (iii) Plano Nacional de Negócios de AP • As Normativas dos Planos de Gestão e de Ecturismo são validadas a nível local e nacional • Os planos de gestão e de ecturismo das APs o (Sa), Boa vista, S. Vicente e Santo António são finalizados e validados • Os estudos preliminares (Recursos Florestais; Agricultura Sustentável e C&A; Fauna e Flora Costeira) são finalizados e validados • As estratégias e planos de conservação ao nível local finalizados e validados • A estratégia e os Planos de Conservação das Ilhas do ar e da Boa Vista são implementados e monitorizados • O Projecto de Management Effectiveness Tracking Tools (PA-METU), UNDP's Financial Sustainability Strategy and UNDP's Capacity Development Strategy são aplicados em todas as APs • Planos de pesca com os Planos de Gestão das APs, são harmonizados para garantir a compatibilidade com a conservação. 	<p>MAHOT/DCA</p>	<p>1.296.513 \$</p>

Produtos	Actividades principais do UNDAF para 2012-2016	Agência	Objectivo Anual 2013 (resultados esperados no fim do ano depois da implementação da actividade)	Principal estrutura nacional responsável	Fundos Disponíveis (Recursos Core e Non-core)
Efeito 4.3: As comunidades locais e a sociedade civil têm uma maior capacidade de advocacia ambiental e formulam, implementam e avaliam projetos comunitários de gestão durável dos recursos naturais.					
<p>4.3.1 O empoderamento socioeconómico das populações vulneráveis, especialmente as mulheres e os jovens, é melhorado com a promoção de práticas inovadoras de uso sustentável dos recursos naturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Reforço das capacidades das comunidades na valorização e gestão das áreas florestais Apoio a programas de promoção socioeconómica das populações vulneráveis, com enfoque nas mulheres e jovens para o uso sustentável dos recursos naturais e de eliminação das práticas nefastas ao ambiente Apoio a programas específicos dirigidos às mulheres e jovens no uso sustentável de terras agrícolas e de água Reforço/criação de programas sustentáveis de reconversão das actividades de ocupação das mulheres na extração de inertes 	<p>PNUD</p>	<ul style="list-style-type: none"> Associações comunitárias nas ilhas de Santo António, São Vicente, São Nicolau, Santiago e Fogo implementam 23 micro-projetos nos domínios de mudanças climáticas, degradação de terras, e conservação da biodiversidade. 12 micro-projetos contribuem a prioridades delineadas nos planos de gestão dos parques naturais nacionais. Medidas de gestão durável dos recursos naturais são encorajadas por associações comunitárias, em 200 ha de terrenos nas ilhas do Fogo, São Nicolau, Santiago, e Santo António. 15 novas associações comunitárias são capacitadas em gestão de projectos ambientais e implementação iniciativas nas áreas locais do GEF (mudanças climáticas, conservação da biodiversidade, degradação de terras e luta contra os poluentes orgânicos persistentes) com apoio dos fundos GEF SGP. 20.000 plantas endémicas são fixadas nas áreas protegidas do país. 	<p>ONGs/OSG/ALB</p>	<p>470.000 \$</p>
		<p>PNUD</p>	<ul style="list-style-type: none"> Uma unidade de dessalinização de 1200m³/dia é instalada e inaugurada no Município de Ribeira Brava - São Nicolau. 	<p>Câmara Municipal Ribeira Brava</p>	<p>197.000 \$</p>
Total Pilar 4					<p>6.339.038 \$</p>